



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Saúde
Centro de Reabilitação de Casa Branca - Serviço de Finanças

EDITAL

Nº do Processo: 024.00035605/2024-10

Interessado: Centro de Reabilitação de Casa Branca -
Finanças

Assunto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - PREGÃO
ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2024

CONTRATANTE (UASG)
(090146)

OBJETO
AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 16/04/2024 às **09:00h**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

ABERTO/FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7. DA FASE DE JULGAMENTO

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11. DOS RECURSOS

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024

Torna-se público que o(a) ESTADO DE SÃO PAULO, PELA SUA SECRETARIA DE SAÚDE E ESTA PELO CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, por meio do(a) SETOR DE FINANÇAS sediado(a) RODOVIA SP 340 – KM 238, ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CASA BRANCA, ESTADO DE SÃO PAULO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. *A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao

disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. *Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas neste item 2), nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).*

3.5.1.1. *O tratamento favorecido a que se refere o subitem anterior fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.5.1.2. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.2. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.10. **aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.**

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato

agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos subitens 2.6.2 e 2.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. *Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3.10. *Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.*

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. As disposições deste Edital que tratam especificamente da forma de realização da fase de habilitação são aplicáveis na hipótese em que a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento (caso assim definido no subitem 3.1), se ausente previsão expressa em sentido diverso. Como exceção a essas disposições, na hipótese em que seja adotado procedimento com fase de habilitação antecedente (caso assim definido no subitem 3.1), segue-se disciplina específica neste Edital conforme disposições que contêm previsão expressa de aplicação a essa última hipótese.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), admitindo-se que a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira seja substituída pelo registro cadastral no Sicafe, e observado o disposto no inc. III do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 2) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 2) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes](#).
- 4.5.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 2.
- 4.5.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 3.5.1 ou no subitem 3.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.5.4. No item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7.1. Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8.1. Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente) quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico,

dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total do item;*

5.1.2. *Marca;*

5.1.3. *Fabricante;*

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.5. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.5.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.5.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.8.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#)

[Federal](#), e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente).

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

Ø R\$ 0,01 (um centavo) para os itens: 002, 006, 009, 010, 011, 014, 015, 019, 020, 021, 022, 025, 026, 029, 030, 034, 038, 042, 043, 046, 050, 051, 05, 054, 055, 057, 058, 059, 064, 067, 069, 070, 074, 075, 079, 082,08, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090, 092,0094, 096, 097,099, 100, 105, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122;

Ø R\$ 0,02 (dois centavos) para os itens: 003, 004, 005, 013, 024, 027, 028, 033, 045, 047, 048, 049, 060, 068, 071, 080, 091, 093, 098, 102, 103, 106, 108, 112, 113, 117, 120;

Ø R\$ 0,05 (cinco centavos) para os itens: 001, 007, 016, 031, 032, 035, 039, 040, 044, 052, 061, 072, 073, 081, 101,104, 107;

Ø R\$ 0,10 (dez centavos) para os itens: 008, 012, 017, 018, 036, 037, 041, 062, 063, 065, 066, 076, 077, 078;

Ø R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para o item 101;

Ø R\$ 1,00 (um real) para o item 124;

Ø R\$ 5,00 (cinco reais) para os itens: 123 e 125.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas nos dois subitens anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no subitem 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNICAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.4.1. O disposto nos subitens 6.4 e 6.6.2 será excepcionado se for definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, nos termos do item 8, antes de se realizar a fase de julgamento.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.5 e 3.5 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral (não definidos como serviços de engenharia), serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será contratação por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.2. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme documentação e planilha anexadas a este Edital.*

7.9.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto no subitem subsequente.

7.9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), além das disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

7.10.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.10.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.10.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

a) [Este subitem não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra.];

7.10.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) no subitem acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.10.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.10.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

7.10.7. O licitante vencedor deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.10.8. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7.10.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), cuja produtividade seja mensurável e indicada na documentação que integra este Edital, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.10.9.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Edital, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.10.9.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.9.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo licitante, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso seja estabelecida a exigência de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo considerando o objeto da licitação, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) ou para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida no Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15.3. Caso se trate de exigência de apresentação de amostra(s), se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.15.4. Caso se trate de exigência de execução de prova de conceito, não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.15.4.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. *Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 2, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de

habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [2 (duas) horas], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9.2. O disposto nos subitens 7.9.1 e 7.13 será excepcionado se for definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), observado o disposto nos subitens 7.1.1 e 7.3.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. O disposto no subitem 7.10 será excepcionado se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que a verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos ocorrerá em relação a todos os licitantes, respeitada a exceção do subitem 7.10.1.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 7.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 2) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 2.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 13 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. em exceção ao disposto no subitem 10.3.3, se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico www.compras.sp.gov.br*.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. *A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.*

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 11.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10, 11.1.11 e 11.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 11.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s): www.compras.sp.gov.br*.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet www.compras.sp.gov.br*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. *Caso o item 1 não defina licitação para registro de preços, a disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 13.2.*

14.2.1. *Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a [emissão de nota de empenho], cuja minuta integra este Edital como Anexo.*

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de

participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco.) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto no subitem acima importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

14.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

14.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

[14.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;](#)

[14.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;](#)

14.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais

cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera

administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. *ANEXO I - Termo de Referência;*

14.15.2. *Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

14.15.3. *ANEXO II – Resolução SS – 92, 10/11/2016;*

14.15.4. *ANEXO III – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

14.15.5. *ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);*

14.15.6. *ANEXO V – Planilha orçamentária;*

Casa Branca, 27 de março de 2024.

FABRICIA MORANDIN RISSARDI

DIRETOR TÉCNICO DE SAÚDE II

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

14.16. Aquisição de medicamentos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓDIGO COMPRAS	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANTIDADE
1	448839	3058476	Acebrofilina 50mg/5ml xarope - 120ml	frasco	100
2	434110	380830	Acetilcisteína 600 mg	envelope	7200
3	268375	462802	Aciclovir 50 mg/g creme tb. 10 g	tubo	20
4	278338	478458	Ácido Tranexâmico 250mg	comprimido	600
5	327566	204870	Ácido tranexâmico 50 mg/ml - 5 ml	ampola	20
6	267505	182524	Ácido valpróico 500 mg	comprimido	9000
7	328532	119440	Ácido valpróico 250 mg/5ml - susp. Oral - 100 ml	frasco	50
8	278281	341444	Adenosina 3mg/ml sol. Inj. Amp. 2ml	ampola	50
9	367898	105848	Agua para Injeção - 10ml	ampola	1600
10	268079	1426966	Amantadina 100 mg	comprimido	360
11	267511	106178	Aminofilina 100 mg	comprimido	4000
12	292402	106186	Aminofilina 24mg/ml amp. 10ml - EV	ampola	300
13	271710	462837	Amiodarona 50mg/ml amp - 3ml - EV	ampola	100
14	272434	284220	Anlodipina 5 mg	comprimido	3500
15	271746	119822	Baclofeno 10 mg	comprimido	3000
16	270590	225053	Betametasona, dipropionato 5mg/ml + betametasona, fosfato 2mg/ml amp. 1ml - IM	ampola	50
17	270591	3255743	Betametasona, dipropionato + Gentamicina - creme tb. 30 g	tubo	70
18	403991	403750	Betametasona, dipropionato 0,64 mg + ácido salicílico 30mg creme tb. 30 g	tubo	70
19	270140	107930	Biperideno 2 mg	comprimido	50000
20	269603	185400	Bisacodil 5 mg	drágea	1500
21	268225	791989	Carbonato de cálcio 1250 mg (500 mg de cálcio elementar)	Comprimido	2000
22	267625	462063	Cefalexina 500 mg	Capsula	1000
23	271103	224634	Cetoconazol 20mg/ml shampoo 100ml	Frasco	150

24	308736	463167	Cetoconazol creme 20 mg/g tb. 30 g	Tubo	150
25	267628	215902	Cinarizina 25 mg	comprimido	2520
26	267629	108529	Cinarizina 75 mg	comprimido	1020
27	440313	161152	Ciproheptadina 4mg + cobamamida 1mg	comprimido	6000
28	292419	463272	Clindamicina, fosfato 150mg/ml 4ml	Ampola	200
29	267522	1402102	Clomipramina 25 mg	comprimido	3600
30	270119	107832	Clonazepam 2 mg	comprimido	1920
31	448699	4614704	Cloreto de sódio 0,9% - fr. 100 ml	frasco	1190
32	448699	4614704	Cloreto de sódio 0,9% - fr 250ml	frasco	250
33	437160	107867	Cloreto de sódio 9 mg/ml solução nasal fr. 30ml	frasco	120
34	267638	108928	Clorpromazina 100 mg	comprimido	3600
35	272431	108731	Clozapina 100 mg	comprimido	3400
36	270495	108723	Colagenase 0,6 UI + cloranfenicol 0,01g pomada tb. 30g	tubo	100
37	604778	4443500	Colecalciferol 5.000 UI (vitamina d3)	comprimido	1000
38	368499	472298	Complexo B	Drágea	5000
39	368499	472603	Complexo B injetável - 2ml - IMEV	Ampola	50
40	268241	186392	Deltametrina 20mg/100ml loção 100ml	Frasco	15
41	396741	1957015	Dextrano 1mg/ml+ Hipromelose 3mg/ml - sol. Oft. Estéril	Frasco	120
42	269388	480452	Dexametasona 4mg	Comprimido	420
43	267195	119474	Diazepam 5 mg	Comprimido	2000
44	448612	285544	Diclofenaco dietilamônio 10mg/g gel tb. 60g	Tubo	20
45	267203	143561	Dipirona 500 mg/ml fr. 10 ml gts	frasco	1200
46	267651	129160	Enalapril 10 mg	comprimido	1500
47	268255	105937	Epinefrina 1mg/ml (adrenalina 1:1000) amp. 1ml - IMEV/SC	Ampola	50
48	270621	3710823	Escopolamina 4mg/ml + Dipirona 500mg/ml amp. 5ml - IMEV	Ampola	250
49	270620	165166	Escopolamina de 10 mg + dipirona	Comprimido	1500
50	273626	1943235	Fenobarbital 50 mg	comprimido	600
51	275963	198226	Finasterida 5 mg	comprimido	2.000

52	271118	127671	Flufenazina 25mg/ml amp 1ml-IM/SC	ampola	50
53	273009	223093	Fluoxetina 20 mg	cápsula	4200
54	268107	763195	Gabapentina 300 mg	comprimido	15000
55	267671	110582	Glibenclamida 5 mg	comprimido	1200
56	269622	2407850	Glicerol 120mg/ml (12%) sol. Retal	frasco	200
57	442754	1430564	Gliclazida 30 mg MR	comprimido	2500
58	268111	197440	Hidralazina 25 mg	comprimido	450
59	267674	333913	Hidroclorotiazida 25 mg	comprimido	3600
60	340783	110205	Hidróxido Alumínio 60 mg/ml suspensão oral fr. 150 ml	frasco	300
61	397872	191337	Hidróxido de Magnésio 8%	frasco	48
62	278265	193547	Hidroxiquinolina 0,4mg/ml, trolamina 140mg/ml - sol. otol. Fr. 8ml	frasco	10
63	271651	913219	Hidroxocobalamina 2500mcg/ml-2ml	ampola	50
64	267677	201235	Ibuprofeno 300mg	comprimido	500
65	342258	4088603	Imipenem, cilastatina sodica 500mg	ampola	500
66	271157	183091	Insulina Humana NPH 100 UI/ml fr 10 ml - exclusiva SC	frasco	100
67	376767	763209	Ivermectina 6 mg	comprimido	400
68	270126	4048040	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	comprimido	3000
69	268125	111589	Levotiroxina 100 mcg	comprimido	1400
70	268124	200999	Levotiroxina 25 mcg	comprimido	9000
71	269843	501123	Lidocaína, cloridrato 20 mg/ml - s/ vaso constritor - 5 ml	ampola	40
72	269846	501093	Lidocaína 2% geléia 20mg/ml tb 30g	tubo	200
73	400470	3352153	Lisado bacteriano 6mg	cápsula	800
74	267691	183512	Metformina 850 mg	comprimido	10000
75	267689	201014	Metildopa 250 mg	comprimido	2000
76	440054	108863	Mucopolissacarídeo, polissulfato 3 mg/g pomada tb. 40 g	tubo	50
77	376106	1486624	Nicotina 14mg adesivo transdermico	ad	180
78	376107	1486632	Nicotina 21mg adesivo transdermico	ad	250
79	267728	434361	Nifedipina 10 mg	comprimido	300
80	270007	109100	Nimodipina 30 mg	comprimido	600

81	279297	1158686	Nistatina 100.000 UI/g + Óxido de Zinco 200 mg/g tb. 60 g	tubo	350
82	268285	109029	Nitrazepam 5 mg	comprimido	1000
83	268851	108995	Norfloxacino 400 mg	comprimido	56
84	271606	455032	Nortriptilina 25 mg	comprimido	11500
85	271621	245143	Olanzapina 10 mg	comprimido	21000
86	271620	245127	Olanzapina 5 mg	comprimido	3000
87	267712	119415	Omeprazol 20 mg	capsula	10000
88	378572	1852728	Paracetamol 400mg + Clorfeniramina, maleato 4mg + Fenilefrina, cloridrato 4mg	comprimido	300
89	267779	112925	Paracetamol 750mg	comprimido	3000
90	273940	691496	Paroxetina 20mg	comprimido	500
91	267902	108839	Pentoxifilina 400 mg	comprimido	500
92	275478	224200	Periciazina 10 mg	comprimido	300
93	305343	3681009	Plantago Ovata Phil 0,562/G	envelope	600
94	267741	487007	Prednisona 5 mg	comprimido	200
95	303292	3532763	Ringer lactato solução fr. 500 ml	frasco	200
96	272839	111015	Risperidona 1 mg	comprimido	3000
97	268149	110981	Risperidona 2 mg	comprimido	14200
98	449022	204897	Saccaromyces boulardii 100 mg	comprimido	504
99	272365	564117	Sertralina 50 mg	comprimido	21000
100	267747	284297	Sinvastatina 20 mg	comprimido	10000
101	272089	111414	Sulfadiazina de prata 10mg/g - 400g	pote	24
102	286632	532355	Sulpirida 200 mg	comprimido	1500
103	270813	2021030	Tiamina 100 mg + piridoxina 100 mg+ cianocobalamina 5000 mcg	comprimido	1000
104	401890	5117526	Tiamina 100mg+ piridoxina 100mg+ cianocobalamina 5000mcg sol inj - IM	ampola	210
105	272850	881520	Topiramato 50 mg	comprimido	6000
106	460204	2920603	Vitaminas e sais minerais	comprimido	7000
107	394865	3073840	Ácido tiótico 600mg	comprimido	390
108	272027	1018450	Bamifilina 600mg	comprimido	300
109	267565	977110	Carvedilol 6,25mg	comprimido	3000

110	267197	103438	Diazepam 10mg	comprimido	13000
111	267647	103365	Digoxina 0,25mg	comprimido	300
112	392118	103330	Dimeticona 75mg/ml	frasco	667
113	272786	1305492	Donepezila 10mg	comprimido	1200
114	273221	1787993	Memantina 10mg	comprimido	300
115	276657	1728385	Metoprolol 50mg	comprimido	600
116	267717	501336	Metronidazol 250mg	comprimido	600
117	273266	691461	Naltrexona 50mg	comprimido	1020
118	268505	801461	Ondasetrona 8mg	comprimido	1200
119	466983	5377366	Pantoprazol 40mg	comprimido	10020
120	267769	119350	Prometazina 25mg/ml 2ml - IM	ampola	200
121	394103	3609642	Rivaroxabana 10mg	comprimido	2640
122	272341	495727	Tiamina, cloridrato 300mg(vitamina B1)	comprimido	7200
123	383660	3250105	Tiotrópio, brometo 2,5mcg/dose sol. Inalatório 60 doses	frasco	10
124	449368	3348350	Nutrição parenteral periférica	bolsa	60
125	462525	3348415	Nutrição parenteral central	Bolsa	44

14.16.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

14.17. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens de consumo, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

14.18. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

14.19. O prazo de entrega é de 15 dias, contados do recebimento do empenho, em remessa única, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.20. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

14.21. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

15. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

15.2. Justificamos que contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, uma vez que, não foi desenvolvido e para 2025, será executado a partir de junho de 2024.

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

16.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

17. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

17.1.1. A Licitante deverá seguir os critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, que estabelece regras para elaboração de Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o Art. 16 do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, e dá outras providências em especial, as do Anexo III. Além dos critérios preconizados no Art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Garantia da contratação

17.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

18. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

18.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

18.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

18.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rodovia Sp 340, Km 238, S/N, Zona Rural – Casa Branca/SP – CEP: 13700-000.

18.4. O prazo de validade dos medicamentos na data da entrega, não poderá ser inferior a 75% do prazo total determinado pelo fabricante.

Fiscalização Administrativa

18.5. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

18.5.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

18.6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Recebimento

18.7. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

18.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.9. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de dois dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

18.10. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

18.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

18.12. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

18.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita

execução do contrato.

Liquidação

18.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

18.14.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18.15. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

18.15.1. o prazo de validade;

18.15.2. a data da emissão;

18.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

18.15.5. o valor a pagar; e

18.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.16. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

18.17. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

18.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

18.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao

contratado a ampla defesa.

18.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

18.23. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

18.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

18.25. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

18.25.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

18.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.27. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

18.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

19.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, pelo modo de disputa fechado/aberto.

Forma de fornecimento

19.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

19.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

19.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

19.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

19.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

19.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Habilitação fiscal, social e trabalhista

19.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

19.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

19.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

19.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

19.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* ou *Municipal* relativo ao

domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

19.16. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

19.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

19.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

19.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)), ou de sociedade simples;

19.20. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

19.20.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

19.20.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

19.20.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista neste subitem por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

19.20.4. Licença de Funcionamento do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município onde estiver instalado.

19.20.5. Autorização de Funcionamento do estabelecimento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – “ANVISA”.

19.20.6. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Farmácia – CRF

19.20.7. Cópia da Autorização Especial, quando a licitante - matriz e/ou filial - cotar preço para os medicamentos sujeitos a controle especial, medicamentos relacionados na Portaria SVS/MS nº 344/98, observadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

19.20.8. Cópia do registro do objeto licitado concedido pelo órgão sanitário competente do Ministério da Saúde. Estando o registro vencido, deverá ser apresentada cópia da solicitação dirigida ao órgão competente, conforme o disposto no § 2º do artigo 3º, do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, acompanhada de cópia do registro vencido.

19.20.9. Cópia do comprovante de isenção do registro, na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), de acordo com a Resolução RDC nº 260 de 23 de setembro de 2002, dos produtos cotados, quando for o caso.

20. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação é sigiloso.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

21.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 090146;

II) Fonte de Recursos: 165910001;

III) Programa de Trabalho: 10303093061170000;

IV) Elemento de Despesa: 33903030;

V) Plano Interno: custeio;

21.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Casa Branca, 05/03/2024

Juliana Pelegrini G. Pinheiro
Farmacêutica – CRF 32206
Centro de Reabilitação de Casa Branca

Aprovado

Fabricia Morandin Rissardi
Diretor Técnico de Saúde II
Centro de Reabilitação de Casa Branca

ANEXO I.1

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 024.00035605/2024-10

2. Descrição da necessidade

Aquisição de medicamento de reposição do estoque , cadastrado e padronizado pela Comissão de Farmácia e Terapêutica do HOSPITAL CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA, por ser item de consumo frequente, registrado no Sistema de Gestão de Estoque SAVE. É produto de responsabilidade do setor Seção Técnica de Farmácia, desde a solicitação de compras, controle dos níveis de estoque, armazenamento e distribuição deste medicamento aos setores internos do CRCB.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

Seção Técnica de Farmácia do CRCB JULIANA PELEGRINI G. PINHEIRO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

1- A Seção Técnica de Farmácia do CRCB reserva-se no direito de não receber os medicamentos entregues pelas empresas farmacêuticas contratadas, caso não estejam em suas embalagens originais, apresentem sinais de violação ou que estejam em estado de conservação que suscitem dúvidas quanto à procedência dos mesmos, inclusive quanto às condições de transporte e o intervalo de temperatura para conservação dos medicamentos no acondicionamento. Portanto, a empresa contratada deverá adotar modalidade de remessa dos produtos que permita a conferência no ato da entrega antes do ateste final do recebimento.

2 - A Seção Técnica de Farmácia do CRCB se reserva no direito de não receber qualquer produto com validade inferior a 75 % de sua validade plena, de acordo com seu registro válido expedido pela ANVISA, ressalvados os casos por interesse da Instituição onde o CRCB poderá autorizar o recebimento dos medicamentos com validade inferior a 75 % de sua validade plena, desde que a empresa farmacêutica fornecedora formalize o compromisso da troca de todo o quantitativo excedente, o que deverá ocorrer imediatamente após a solicitação do CRCB.

3 - A Seção Técnica de Farmácia do CRCB reserva-se no direito de não receber os medicamentos entregues pelas empresas farmacêuticas contratadas, caso os números de lotes apresentados não estejam acompanhados de laudos de análise.

4 - Para produtos fabricados no exterior, deverá ser apresentado junto aos lotes apresentados laudo de análise, expedido pela autoridade sanitária do país de origem do produto e/ou da ANVISA, inclusive em caso de terceirização do processo produtivo.

5. Levantamento de Mercado

Realizada por meio de pesquisa de preços praticados na plataforma do Compras.gov.br conforme decreto nº 67.888 de 17/08 /2023.

6. Descrição da solução como um todo

Compra de medicamentos para atendimento a pacientes do CRCB por um período 04 meses.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	CÓDIGO COMPRAS	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRESENTA ÇÃO	QUANTIDADE
1	448839	3058476	Acebrofilina 50mg/5ml xarope - 120ml	frasco	100
2	434110	380830	Acetilcisteína 600 mg	envelope	7200
3	268375	462802	Aciclovir 50 mg/g creme tb. 10 g	tubo	20
4	278338	478458	Ácido Tranexâmico 250mg	comprimido	600
5	327566	204870	Ácido tranexâmico 50 mg/ml - 5 ml	ampola	20
6	267505	182524	Ácido valpróico 500 mg	comprimido	9000
7	328532	119440	Ácido valpróico 250 mg/5ml - susp. Oral - 100 ml	frasco	50
8	278281	341444	Adenosina 3mg/ml sol. Inj. Amp. 2ml	ampola	50
9	367898	105848	Água para Injeção - 10ml	ampola	1600
10	268079	1426966	Amantadina 100 mg	comprimido	360
11	267511	106178	Aminofilina 100 mg	comprimido	4000
12	292402	106186	Aminofilina 24mg/ml amp. 10ml - EV	ampola	300
13	271710	462837	Amiodarona 50mg/ml amp - 3ml - EV	ampola	100
14	272434	284220	Anlodipina 5 mg	comprimido	3500

15	271746	119822	Baclofeno 10 mg	comprimido	3000
16	270590	225053	Betametasona, dipropionato 5mg/ml + betametasona, fosfato 2mg/ml amp. 1ml - IM	ampola	50
17	270591	3255743	Betametasona, dipropionato + Gentamicina - creme tb. 30 g	tubo	70
18	403991	403750	Betametasona, dipropionato 0,64 mg + ácido salicílico 30mg creme tb. 30 g	tubo	70
19	270140	107930	Biperideno 2 mg	comprimido	50000
20	269603	185400	Bisacodil 5 mg	drágea	1500
21	268225	791989	Carbonato de cálcio 1250 mg (500 mg de cálcio elementar)	Comprimido	2000
22	267625	462063	Cefalexina 500 mg	Capsula	1000
23	271103	224634	Cetoconazol 20mg/ml shampoo 100ml	Frasco	150
24	308736	463167	Cetoconazol creme 20 mg/g tb. 30 g	Tubo	150
25	267628	215902	Cinarizina 25 mg	comprimido	2520
26	267629	108529	Cinarizina 75 mg	comprimido	1020
27	440313	161152	Ciproheptadina 4mg + cobamamida 1mg	comprimido	6000
28	292419	463272	Clindamicina, fosfato 150mg/ml 4ml	Ampola	200
29	267522	1402102	Clomipramina 25 mg	comprimido	3600
30	270119	107832	Clonazepam 2 mg	comprimido	1920
31	448699	4614704	Cloreto de sódio 0,9% - fr. 100 ml	frasco	1190
32	448699	4614704	Cloreto de sódio 0,9% - fr 250ml	frasco	250
33	437160	107867	Cloreto de sódio 9 mg/ml solução nasal fr. 30ml	frasco	120
34	267638	108928	Clorpromazina 100 mg	comprimido	3600
35	272431	108731	Clozapina 100 mg	comprimido	3400
36	270495	108723	Colagenase 0,6 UI + cloranfenicol 0,01g pomada tb. 30g	tubo	100
37	604778	4443500	Colecalciferol 5.000 UI (vitamina d3)	comprimido	1000
38	368499	472298	Complexo B	Drágea	5000
39	368499	472603	Complexo B injetável	Ampola	

			- 2ml - IM/EV		50
40	268241	186392	Deltametrina 20mg/100ml loção 100ml	Frasco	15
41	396741	1957015	Dextrano 1mg/ml+ Hipromelose 3mg/ml - sol. Oft. Estéril	Frasco	120
42	269388	480452	Dexametasona 4mg	Comprimido	420
43	267195	119474	Diazepam 5 mg	Comprimido	2000
44	448612	285544	Diclofenaco dietilamônio 10mg/g gel tb. 60g	Tubo	20
45	267203	143561	Dipirona 500 mg/ml fr. 10 ml gts	frasco	1200
46	267651	129160	Enalapril 10 mg	comprimido	1500
47	268255	105937	Epinefrina 1mg/ml (adrenalina 1:1000) amp. 1ml - IM/EV/SC	Ampola	50
48	270621	3710823	Escopolamina 4mg/ml + Dipirona 500mg/ml amp. 5ml - IM/EV	Ampola	250
49	270620	165166	Escopolamina de 10 mg + dipirona	Comprimido	1500
50	273626	1943235	Fenobarbital 50 mg	comprimido	600
51	275963	198226	Finasterida 5 mg	comprimido	2.000
52	271118	127671	Flufenazina 25mg/ml amp 1ml-IM/SC	ampola	50
53	273009	223093	Fluoxetina 20 mg	cápsula	4200
54	268107	763195	Gabapentina 300 mg	comprimido	15000
55	267671	110582	Glibenclamida 5 mg	comprimido	1200
56	269622	2407850	Glicerol 120mg/ml (12%) sol. Retal	frasco	200
57	442754	1430564	Gliclazida 30 mg MR	comprimido	2500
58	268111	197440	Hidralazina 25 mg	comprimido	450
59	267674	333913	Hidroclorotiazida 25 mg	comprimido	3600
60	433257	110205	Hidróxido Alumínio 60 mg/ml suspensão oral fr. 150 ml	frasco	300
61	397872	191337	Hidróxido de Magnésio 8%	frasco	48
62	278265	193547	Hidroxiquinolina 0,4mg/ml, trolamina 140mg/ml - sol. otol. Fr. 8ml	frasco	10
63	271651	913219	Hidroxocobalamina 2500mcg/ml-2ml	ampola	50
64	267677	201235	Ibuprofeno 300mg	comprimido	500

65	342258	4088603	Imipenem, cilastatina sodica 500mg	ampola	500
66	271157	183091	Insulina Humana NPH 100 UI/ml fr 10 ml - exclusiva SC	frasco	100
67	376767	763209	Ivermectina 6 mg	comprimido	400
68	270126	4048040	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	comprimido	3000
69	268125	111589	Levotiroxina 100 mcg	comprimido	1400
70	268124	200999	Levotiroxina 25 mcg	comprimido	9000
71	269843	501123	Lidocaína, cloridrato 20 mg/ml - s/ vaso constritor - 5 ml	ampola	40
72	269846	501093	Lidocaína 2% geléia 20mg/ml tb 30g	tubo	200
73	400470	3352153	Lisado bacteriano 6mg	cápsula	800
74	267691	183512	Metformina 850 mg	comprimido	10000
75	267689	201014	Metildopa 250 mg	comprimido	2000
76	440054	108863	Mucopolissacarídeo, polissulfato 3 mg/g pomada tb. 40 g	tubo	50
77	376106	1486624	Nicotina 14mg adesivo transdermico	ad	180
78	376107	1486632	Nicotina 21mg adesivo transdermico	ad	250
79	267728	434361	Nifedipina 10 mg	comprimido	300
80	270007	109100	Nimodipina 30 mg	comprimido	600
81	279297	1158686	Nistatina 100.000 UI/g + Oxido de Zinco 200 mg/g tb. 60 g	tubo	350
82	268285	109029	Nitrazepam 5 mg	comprimido	1000
83	268851	108995	Norfloxacino 400 mg	comprimido	56
84	271606	455032	Nortriptilina 25 mg	comprimido	11500
85	271621	245143	Olanzapina 10 mg	comprimido	21000
86	271620	245127	Olanzapina 5 mg	comprimido	3000
87	267712	119415	Omeprazol 20 mg	capsula	10000
88	378572	1852728	Paracetamol 400mg + Clorfeniramina, maleato 4mg + Fenilefrina, cloridrato 4mg	comprimido	300
89	267779	112925	Paracetamol 750mg	comprimido	3000
90	273940	691496	Paroxetina 20mg	comprimido	500
91	267902	108839	Pentoxifilina 400 mg	comprimido	500
92	275478	224200	Periciazina 10 mg	comprimido	300
93	305343	3681009	Plantago Ovata Phil 0,562/G	envelope	600

94	267741	487007	Prednisona 5 mg	comprimido	200
95	303292	3532763	Ringer lactato solução fr. 500 ml	frasco	200
96	272839	111015	Risperidona 1 mg	comprimido	3000
97	268149	110981	Risperidona 2 mg	comprimido	14200
98	449022	204897	Saccaromyces boulardii 100 mg	comprimido	504
99	272365	564117	Sertralina 50 mg	comprimido	21000
100	267747	284297	Sinvastatina 20 mg	comprimido	10000
101	272089	111414	Sulfadiazina de prata 10mg/g - 400g	pote	24
102	286632	532355	Sulpirida 200 mg	comprimido	1500
103	270813	2021030	Tiamina 100 mg + piridoxina 100 mg+ cianocobalamina 5000 mcg	comprimido	1000
104	401890	5117526	Tiamina 100mg+ piridoxina 100mg+ cianocobalamina 5000mcg sol inj - IM	ampola	210
105	272850	881520	Topiramato 50 mg	comprimido	6000
106	460204	2920603	Vitaminas e sais minerais	comprimido	7000
107	394865	3073840	Ácido tiótico 600mg	comprimido	390
108	272027	1018450	Bamifilina 600mg	comprimido	300
109	267565	977110	Carvedilol 6,25mg	comprimido	3000
110	267197	103438	Diazepam 10mg	comprimido	13000
111	267647	103365	Digoxina 0,25mg	comprimido	300
112	392118	103330	Dimeticona 75mg/ml	frasco	667
113	272786	1305492	Donepezila 10mg	comprimido	1200
114	273221	1787993	Memantina 10mg	comprimido	300
115	276657	1728385	Metoprolol 50mg	comprimido	600
116	267717	501336	Metronidazol 250mg	comprimido	600
117	273266	691461	Naltrexona 50mg	comprimido	1020
118	268505	801461	Ondasetrona 8mg	comprimido	1200
119	466983	5377366	Pantoprazol 40mg	comprimido	10020
120	267769	119350	Prometazina 25mg/ml 2ml - IM	ampola	200
121	394103	3609642	Rivaroxabana 10mg	comprimido	2640
122	272341	495727	Tiamina, cloridrato 300mg(vitamina B1)	comprimido	7200
123	383660	3250105	Tiotrópio, brometo 2,5mcg/dose sol. Inalatório 60 doses	frasco	10
124	449368	3348350	Nutrição parenteral periférica	bolsa	60
125	462525	3348415	Nutrição parenteral central	bolsa	44

8. Estimativa do Valor da Contratação

O custo estimado da contratação é de sigiloso.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A entrega do medicamento deve ser realizada em entrega única, em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota de Empenho, pois, simplifica o processo de dispensação de medicamentos além de reduzir a carga administrativa, permitindo que esses profissionais se concentrem em outras áreas críticas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica contratações correlatas, nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A referida contratação visa atender a respectiva demanda já existente no CRCB. Contratação prevista no orçamento da Instituição.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os medicamentos adquiridos promoverão a regularização dos estoques do item e proporcionarão auxílio e suporte ao tratamento médico dos pacientes.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução ser contratada e o serviço prestado, uma vez que o CRCB já realiza a dispensação deste medicamento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os resíduos dos medicamentos são recolhidos regularmente por empresa especializada contratada para tratamento e destinação final dos resíduos em ambiente controlado.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANA PELEGRINI G. PINHEIRO
Farmacêutica – CRF 32.206
Centro de Reabilitação de Casa Branca

ANEXO II

RESOLUÇÃO SS-92, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a aplicação da sanção de multa, prevista nas Leis Federais - 8.666, de 21-6-1993 e - 10.520, de 17-7-2002 e na Lei Estadual - 6.544, de 22-11-1989, no âmbito da Secretaria da Saúde, e dá providências correlatas.

O Secretário da Saúde, nos termos do artigo 88 da Lei Estadual - 6.544, de 22-11-1989 e suas posteriores alterações, resolve:

Artigo 1º - A aplicação das sanções de natureza pecuniária a que se referem os artigos 81, 86 e 87, incisos I e II da Lei Federal - 8.666, de 21-6-1993, os artigos 79, 80 e 81, incisos I e II da Lei Estadual - 6.544, de 22-11-1989 e o artigo 7º da Lei Federal - 10.520, de 17-7-2002, obedecerá as normas estabelecidas na presente Resolução.

Artigo 2º - As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de prévia e ampla defesa observado, no que couber, o procedimento estabelecido nas instruções contidas na Resolução CC-52, de 19-7-2005, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, ou em outro ato regulamentar que a substituir, e no Decreto Estadual - 61.751, de 23-12-2015.

Artigo 3º - A recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação de multa de 10% a 30% sobre o valor do ajuste.

Parágrafo Único – Havendo recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, a estimativa de compra prevista no Edital de licitação será utilizada como

base de cálculo para a multa, sendo que o valor apurado poderá ser reduzido pela Administração em até 50%, observando-se o disposto no artigo 8º desta Resolução.

Artigo 4º - A inexecução total do ajuste ensejará a incidência de multa de 10% a 30% (trinta por cento) do valor do ajuste.

Artigo 5º - A inexecução parcial do ajuste ensejará a incidência de multa de 10% a 30% (trinta por cento) do saldo financeiro não realizado.

Parágrafo Único – No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa faltosa no mês em que houve descumprimento da obrigação.

Artigo 6º - O atraso injustificado na execução da contratação ensejará a aplicação de multa diária na seguinte conformidade:

I - 0,2% ao dia do saldo financeiro não realizado para atrasos de até 30 (trinta) dias;
II- 0,4% ao dia do saldo financeiro não realizado ultrapassado 30 (trinta) dias de atraso.

Parágrafo Único – A multa por atraso não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor total do ajuste.

Artigo 7º - O descumprimento de obrigações que ferem critérios e condições previstos nos contratos de prestação de serviços contínuos e que não configurem inexecução total ou parcial do ajuste ou mora no adimplemento ensejará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor mensal contratual correspondente ao mês da ocorrência.

Artigo 8º - Na aplicação das sanções deverão ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 9º - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o inadimplente pela sua diferença.

Artigo 10 – As penalidades previstas nesta Resolução poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive com as demais penalidades previstas nas Leis Federais - 8.666, de 21-6-1993 e - 10.520, de 17-7-2002 e na Lei Estadual - 6.544, de 22-11-1989, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios e de contratos.

Artigo 11 - As penalidades de multa são autônomas entre si e a aplicação de uma não exclui a aplicação de outra.

Artigo 12 – As disposições desta Resolução aplicam-se, também, às contratações efetuadas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação vigente.

Artigo 13 – As normas estabelecidas nesta Resolução deverão integrar, sob forma de anexo, os instrumentos convocatórios dos certames ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, os respectivos instrumentos de contrato.

Artigo 14 – Da aplicação das multas previstas nesta Resolução caberá recurso à autoridade hierarquicamente superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Artigo 15 – Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – Caufesp, sem prejuízo do registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 16 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos ajustes celebrados a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO III

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO III.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

TEM	CÓDIGO COMPRAS	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRESENTA ÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	448839	3058476	Acebrofilina 50mg/5ml xarope - 120ml	frasco	100	R\$	R\$
2	434110	380830	Acetilcisteína 600 mg	envelope	7200	R\$	R\$
3	268375	462802	Aciclovir 50 mg/g creme tb. 10 g	tubo	20	R\$	R\$
4	278338	478458	Ácido Tranexâmico 250mg	comprimido	600	R\$	R\$
5	327566	204870	Ácido tranexâmico 50 mg/ml - 5 ml	ampola	20	R\$	R\$
6	267505	182524	Ácido valpróico 500 mg	comprimido	9000	R\$	R\$
7	328532	119440	Ácido valpróico 250 mg/5ml - susp. Oral - 100 ml	frasco	50	R\$	R\$
8	278281	341444	Adenosina 3mg/ml sol. Inj. Amp. 2ml	ampola	50	R\$	R\$
9	367898	105848	Agua para Injeção - 10ml	ampola	1600	R\$	R\$

10	268079	1426966	Amantadina 100 mg	comprimido	360	R\$	R\$
11	267511	106178	Aminofilina 100 mg	comprimido	4000	R\$	R\$
12	292402	106186	Aminofilina 24mg/ml amp. 10ml - EV	ampola	300	R\$	R\$
13	271710	462837	Amiodarona 50mg/ml amp - 3ml - EV	ampola	100	R\$	R\$
14	272434	284220	Anlodipina 5 mg	comprimido	3500	R\$	R\$
15	271746	119822	Baclofeno 10 mg	comprimido	3000	R\$	R\$
16	270590	225053	Betametasona, dipropionato 5mg/ml + betametasona, fosfato 2mg/ml amp. 1ml - IM	ampola	50	R\$	R\$
17	270591	3255743	Betametasona, dipropionato + Gentamicina - creme tb. 30 g	tubo	70	R\$	R\$
18	403991	403750	Betametasona, dipropionato 0,64 mg + ácido salicílico 30mg creme tb. 30 g	tubo	70	R\$	R\$
19	270140	107930	Biperideno 2 mg	comprimido	50000	R\$	R\$
20	269603	185400	Bisacodil 5 mg	drágea	1500	R\$	R\$
21	268225	791989	Carbonato de cálcio 1250 mg (500 mg de cálcio elementar)	Comprimido	2000	R\$	R\$
22	267625	462063	Cefalexina 500 mg	Capsula	1000	R\$	R\$
23	271103	224634	Cetoconazol 20mg/ml shampoo 100ml	Frasco	150	R\$	R\$
24	308736	463167	Cetoconazol creme 20 mg/g tb. 30 g	Tubo	150	R\$	R\$
25	267628	215902	Cinarizina 25 mg	comprimido	2520	R\$	R\$
26	267629	108529	Cinarizina 75 mg	comprimido	1020	R\$	R\$
27	440313	161152	Ciproeptadina 4mg + cobamamida 1mg	comprimido	6000	R\$	R\$
28	292419	463272	Clindamicina, fosfato 150mg/ml 4ml	Ampola	200	R\$	R\$
29	267522	1402102	Clomipramina 25 mg	comprimido	3600	R\$	R\$
30	270119	107832	Clonazepam 2 mg	comprimido	1920	R\$	R\$
31	448699	4614704	Cloreto de sódio 0,9% - fr. 100 ml	frasco	1190	R\$	R\$
32	448699	4614704	Cloreto de sódio 0,9% - fr 250ml	frasco	250	R\$	R\$
33	437160	107867	Cloreto de sódio 9 mg/ml solução nasal fr. 30ml	frasco	120	R\$	R\$
34	267638	108928	Clorpromazina 100	comprimido		R\$	R\$

			mg		3600		
35	272431	108731	Clozapina 100 mg	comprimido	3400	R\$	R\$
36	270495	108723	Colagenase 0,6 UI + cloranfenicol 0,01g pomada tb. 30g	tubo	100	R\$	R\$
37	604778	4443500	Colecalciferol 5.000 UI (vitamina d3)	comprimido	1000	R\$	R\$
38	368499	472298	Complexo B	Drágea	5000	R\$	R\$
39	368499	472603	Complexo B injetável - 2ml - IMEV	Ampola	50	R\$	R\$
40	268241	186392	Deltametrina 20mg/100ml loção 100ml	Frasco	15	R\$	R\$
41	396741	1957015	Dextrano 1mg/ml+ Hipromelose 3mg/ml - sol. Oft. Estéril	Frasco	120	R\$	R\$
42	269388	480452	Dexametasona 4mg	Comprimido	420	R\$	R\$
43	267195	119474	Diazepam 5 mg	Comprimido	2000	R\$	R\$
44	448612	285544	Diclofenaco dietilamônio 10mg/g gel tb. 60g	Tubo	20	R\$	R\$
45	267203	143561	Dipirona 500 mg/ml fr. 10 ml gts	frasco	1200	R\$	R\$
46	267651	129160	Enalapril 10 mg	comprimido	1500	R\$	R\$
47	268255	105937	Epinefrina 1mg/ml (adrenalina 1:1000) amp. 1ml - IMEV/SC	Ampola	50	R\$	R\$
48	270621	3710823	Escopolamina 4mg/ml + Dipirona 500mg/ml amp. 5ml - IMEV	Ampola	250	R\$	R\$
49	270620	165166	Escopolamina de 10 mg + dipirona	Comprimido	1500	R\$	R\$
50	273626	1943235	Fenobarbital 50 mg	comprimido	600	R\$	R\$
51	275963	198226	Finasterida 5 mg	comprimido	2.000	R\$	R\$
52	271118	127671	Flufenazina 25mg/ml amp 1ml-IM/SC	ampola	50	R\$	R\$
53	273009	223093	Fluoxetina 20 mg	cápsula	4200	R\$	R\$
54	268107	763195	Gabapentina 300 mg	comprimido	15000	R\$	R\$
55	267671	110582	Glibenclamida 5 mg	comprimido	1200	R\$	R\$
56	269622	2407850	Glicerol 120mg/ml (12%) sol. Retal	frasco	200	R\$	R\$
57	442754	1430564	Gliclazida 30 mg MR	comprimido	2500	R\$	R\$
58	268111	197440	Hidralazina 25 mg	comprimido	450	R\$	R\$
59	267674	333913	Hidroclorotiazida 25 mg	comprimido	3600	R\$	R\$
60	340783	110205	Hidróxido Alumínio 60 mg/ml suspensão oral fr. 150 ml	frasco	300	R\$	R\$

61	397872	191337	Hidróxido de Magnésio 8%	frasco	48	R\$	R\$
62	278265	193547	Hidroxiquinolina 0,4mg/ml, trolamina 140mg/ml - sol. otol. Fr. 8ml	frasco	10	R\$	R\$
63	271651	913219	Hidroxocobalamina 2500mcg/ml-2ml	ampola	50	R\$	R\$
64	267677	201235	Ibuprofeno 300mg	comprimido	500	R\$	R\$
65	342258	4088603	Imipenem, cilastatina sodica 500mg	ampola	500	R\$	R\$
66	271157	183091	Insulina Humana NPH 100 UI/ml fr 10 ml - exclusiva SC	frasco	100	R\$	R\$
67	376767	763209	Ivermectina 6 mg	comprimido	400	R\$	R\$
68	270126	4048040	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	comprimido	3000	R\$	R\$
69	268125	111589	Levotiroxina 100 mcg	comprimido	1400	R\$	R\$
70	268124	200999	Levotiroxina 25 mcg	comprimido	9000	R\$	R\$
71	269843	501123	Lidocaína, cloridrato 20 mg/ml - s/ vaso constritor - 5 ml	ampola	40	R\$	R\$
72	269846	501093	Lidocaína 2% geléia 20mg/ml tb 30g	tubo	200	R\$	R\$
73	400470	3352153	Lisado bacteriano 6mg	cápsula	800	R\$	R\$
74	267691	183512	Metformina 850 mg	comprimido	10000	R\$	R\$
75	267689	201014	Metildopa 250 mg	comprimido	2000	R\$	R\$
76	440054	108863	Mucopolissacarídeo, polissulfato 3 mg/g pomada tb. 40 g	tubo	2000g	R\$	R\$
77	376106	1486624	Nicotina 14mg adesivo transdermico	ad	180	R\$	R\$
78	376107	1486632	Nicotina 21mg adesivo transdermico	ad	250	R\$	R\$
79	267728	434361	Nifedipina 10 mg	comprimido	300	R\$	R\$
80	270007	109100	Nimodipina 30 mg	comprimido	600	R\$	R\$
81	279297	1158686	Nistatina 100.000 UI/g + Oxido de Zinco 200 mg/g tb. 60 g	tubo	350	R\$	R\$
82	268285	109029	Nitrazepam 5 mg	comprimido	1000	R\$	R\$
83	268851	108995	Norfloxacino 400 mg	comprimido	56	R\$	R\$
84	271606	455032	Nortriptilina 25 mg	comprimido	11500	R\$	R\$
85	271621	245143	Olanzapina 10 mg	comprimido	21000	R\$	R\$
86	271620	245127	Olanzapina 5 mg	comprimido	3000	R\$	R\$

87	267712	119415	Omeprazol 20 mg	capsula	10000	R\$	R\$
88	378572	1852728	Paracetamol 400mg + Clorfeniramina, maleato 4mg + Fenilefrina, cloridrato 4mg	comprimido	300	R\$	R\$
89	267779	112925	Paracetamol 750mg	comprimido	3000	R\$	R\$
90	273940	691496	Paroxetina 20mg	comprimido	500	R\$	R\$
91	267902	108839	Pentoxifilina 400 mg	comprimido	500	R\$	R\$
92	275478	224200	Periciazina 10 mg	comprimido	300	R\$	R\$
93	305343	3681009	Plantago Ovata Phil 0,562/G	envelope	600	R\$	R\$
94	267741	487007	Prednisona 5 mg	comprimido	200	R\$	R\$
95	303292	3532763	Ringer lactato solução fr. 500 ml	frasco	200	R\$	R\$
96	272839	111015	Risperidona 1 mg	comprimido	3000	R\$	R\$
97	268149	110981	Risperidona 2 mg	comprimido	14200	R\$	R\$
98	449022	204897	Saccaromyces boulardii 100 mg	comprimido	504	R\$	R\$
99	272365	564117	Sertralina 50 mg	comprimido	21000	R\$	R\$
100	267747	284297	Sinvastatina 20 mg	comprimido	10000	R\$	R\$
101	272089	111414	Sulfadiazina de prata 10mg/g - 400g	pote	24	R\$	R\$
102	286632	532355	Sulpirida 200 mg	comprimido	1500	R\$	R\$
103	485764	2021030	Tiamina 100 mg + piridoxina 100 mg+ cianocobalamina 5000 mcg	comprimido	1000	R\$	R\$
104	401890	5117526	Tiamina 100mg+ piridoxina 100mg+ cianocobalamina 5000mcg sol inj - IM	ampola	210	R\$	R\$
105	272850	881520	Topiramato 50 mg	comprimido	6000	R\$	R\$
106	460204	2920603	Vitaminas e sais minerais	comprimido	7000	R\$	R\$
107	394865	3073840	Ácido tiótico 600mg	comprimido	390	R\$	R\$
108	272027	1018450	Bamifilina 600mg	comprimido	300	R\$	R\$
109	267565	977110	Carvedilol 6,25mg	comprimido	3000	R\$	R\$
110	267197	103438	Diazepam 10mg	comprimido	13000	R\$	R\$
111	267647	103365	Digoxina 0,25mg	comprimido	300	R\$	R\$
112	392118	103330	Dimeticona 75mg/ml	frasco	670	R\$	R\$
113	272786	1305492	Donepezila 10mg	comprimido	1200	R\$	R\$
114	273221	1787993	Memantina 10mg	comprimido	300	R\$	R\$
115	276657	1728385	Metoprolol 50mg	comprimido	600	R\$	R\$
116	267717	501336	Metronidazol 250mg	comprimido	600	R\$	R\$
117	273266	691461	Naltrexona 50mg	comprimido	1020	R\$	R\$
118	268505	801461	Ondasetrona 8mg	comprimido	1200	R\$	R\$
119	466983	5377366	Pantoprazol 40mg	comprimido	10020	R\$	R\$
120	267769	119350	Prometazina	ampola		R\$	R\$

			25mg/ml 2ml - IM		200		
121	394103	3609642	Rivaroxabana 10mg	comprimido	2640	R\$	R\$
122	272341	495727	Tiamina, cloridrato 300mg(vitamina B1)	comprimido	7200	R\$	R\$
123	383660	3250105	Tiotrópio, brometo 2,5mcg/dose sol. Inalatório 60 doses	frasco	10	R\$	R\$
124	449368	3348350	Nutrição parenteral periférica	bolsa	60	R\$	R\$
125	462525	3348415	Nutrição parenteral central	Bolsa	44	R\$	R\$

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação) , interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO (elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO (elaborado pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____,

___/___, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO VI

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

TEM	CÓDIGO COMPRAS	CATMAT	DESCRIÇÃO	APRESENTA ÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	448839	3058476	Acebrofilina 50mg/5ml xarope - 120ml	frasco	100	R\$	R\$
2	434110	380830	Acetilcisteína 600 mg	envelope	7200	R\$	R\$
3	268375	462802	Aciclovir 50 mg/g creme tb. 10 g	tubo	20	R\$	R\$
4	278338	478458	Ácido Tranexâmico 250mg	comprimido	600	R\$	R\$
5	327566	204870	Ácido tranexâmico 50 mg/ml - 5 ml	ampola	20	R\$	R\$
6	267505	182524	Ácido valpróico 500 mg	comprimido	9000	R\$	R\$
7	328532	119440	Ácido valpróico 250 mg/5ml - susp. Oral - 100 ml	frasco	50	R\$	R\$
8	278281	341444	Adenosina 3mg/ml sol. Inj. Amp. 2ml	ampola	50	R\$	R\$
9	367898	105848	Agua para Injeção - 10ml	ampola	1600	R\$	R\$
10	268079	1426966	Amantadina 100 mg	comprimido	360	R\$	R\$
11	267511	106178	Aminofilina 100 mg	comprimido	4000	R\$	R\$

12	292402	106186	Aminofilina 24mg/ml amp. 10ml - EV	ampola	300	R\$	R\$
13	271710	462837	Amiodarona 50mg/ml amp - 3ml - EV	ampola	100	R\$	R\$
14	272434	284220	Anlodipina 5 mg	comprimido	3500	R\$	R\$
15	271746	119822	Baclofeno 10 mg	comprimido	3000	R\$	R\$
16	270590	225053	Betametasona, dipropionato 5mg/ml + betametasona, fosfato 2mg/ml amp. 1ml - IM	ampola	50	R\$	R\$
17	270591	3255743	Betametasona, dipropionato + Gentamicina - creme tb. 30 g	tubo	70	R\$	R\$
18	403991	403750	Betametasona, dipropionato 0,64 mg + ácido salicílico 30mg creme tb. 30 g	tubo	70	R\$	R\$
19	270140	107930	Biperideno 2 mg	comprimido	50000	R\$	R\$
20	269603	185400	Bisacodil 5 mg	drágea	1500	R\$	R\$
21	268225	791989	Carbonato de cálcio 1250 mg (500 mg de cálcio elementar)	Comprimido	2000	R\$	R\$
22	267625	462063	Cefalexina 500 mg	Capsula	1000	R\$	R\$
23	271103	224634	Cetoconazol 20mg/ml shampoo 100ml	Frasco	150	R\$	R\$
24	308736	463167	Cetoconazol creme 20 mg/g tb. 30 g	Tubo	150	R\$	R\$
25	267628	215902	Cinarizina 25 mg	comprimido	2520	R\$	R\$
26	267629	108529	Cinarizina 75 mg	comprimido	1020	R\$	R\$
27	440313	161152	Ciproptadina 4mg + cobamamida 1mg	comprimido	6000	R\$	R\$
28	292419	463272	Clindamicina, fosfato 150mg/ml 4ml	Ampola	200	R\$	R\$
29	267522	1402102	Clomipramina 25 mg	comprimido	3600	R\$	R\$
30	270119	107832	Clonazepam 2 mg	comprimido	1920	R\$	R\$
31	448699	4614704	Cloreto de sódio 0,9% - fr. 100 ml	frasco	1190	R\$	R\$
32	448699	4614704	Cloreto de sódio 0,9% - fr 250ml	frasco	250	R\$	R\$
33	437160	107867	Cloreto de sódio 9 mg/ml solução nasal fr. 30ml	frasco	120	R\$	R\$
34	267638	108928	Clorpromazina 100 mg	comprimido	3600	R\$	R\$
35	272431	108731	Clozapina 100 mg	comprimido	3400	R\$	R\$

36	270495	108723	Colagenase 0,6 UI + cloranfenicol 0,01g pomada tb. 30g	tubo	100	R\$	R\$
37	604778	4443500	Colecalciferol 5.000 UI (vitamina d3)	comprimido	1000	R\$	R\$
38	368499	472298	Complexo B	Drágea	5000	R\$	R\$
39	368499	472603	Complexo B injetável - 2ml - IM/EV	Ampola	50	R\$	R\$
40	268241	186392	Deltametrina 20mg/100ml loção 100ml	Frasco	15	R\$	R\$
41	396741	1957015	Dextrano 1mg/ml+ Hipromelose 3mg/ml - sol. Oft. Estéril	Frasco	120	R\$	R\$
42	269388	480452	Dexametasona 4mg	Comprimido	420	R\$	R\$
43	267195	119474	Diazepam 5 mg	Comprimido	2000	R\$	R\$
44	448612	285544	Diclofenaco dietilamônio 10mg/g gel tb. 60g	Tubo	20	R\$	R\$
45	267203	143561	Dipirona 500 mg/ml fr. 10 ml gts	frasco	1200	R\$	R\$
46	267651	129160	Enalapril 10 mg	comprimido	1500	R\$	R\$
47	268255	105937	Epinefrina 1mg/ml (adrenalina 1:1000) amp. 1ml - IM/EV/SC	Ampola	50	R\$	R\$
48	270621	3710823	Escopolamina 4mg/ml + Dipirona 500mg/ml amp. 5ml - IM/EV	Ampola	250	R\$	R\$
49	270620	165166	Escopolamina de 10 mg + dipirona	Comprimido	1500	R\$	R\$
50	273626	1943235	Fenobarbital 50 mg	comprimido	600	R\$	R\$
51	275963	198226	Finasterida 5 mg	comprimido	2.000	R\$	R\$
52	271118	127671	Flufenazina 25mg/ml amp 1ml-IM/SC	ampola	50	R\$	R\$
53	273009	223093	Fluoxetina 20 mg	cápsula	4200	R\$	R\$
54	268107	763195	Gabapentina 300 mg	comprimido	15000	R\$	R\$
55	267671	110582	Glibenclamida 5 mg	comprimido	1200	R\$	R\$
56	269622	2407850	Glicerol 120mg/ml (12%) sol. Retal	frasco	200	R\$	R\$
57	442754	1430564	Gliclazida 30 mg MR	comprimido	2500	R\$	R\$
58	268111	197440	Hidralazina 25 mg	comprimido	450	R\$	R\$
59	267674	333913	Hidroclorotiazida 25 mg	comprimido	3600	R\$	R\$
60	340783	110205	Hidróxido Alumínio 60 mg/ml suspensão oral fr. 150 ml	frasco	300	R\$	R\$
61	397872	191337	Hidróxido de Magnésio 8%	frasco	48	R\$	R\$

62	278265	193547	Hidroxiquinolina 0,4mg/ml, trolamina 140mg/ml - sol. otol. Fr. 8ml	frasco	10	R\$	R\$
63	271651	913219	Hidroxocobalamina 2500mcg/ml-2ml	ampola	50	R\$	R\$
64	267677	201235	Ibuprofeno 300mg	comprimido	500	R\$	R\$
65	342258	4088603	Imipenem, cilastatina sodica 500mg	ampola	500	R\$	R\$
66	271157	183091	Insulina Humana NPH 100 UI/ml fr 10 ml - exclusiva SC	frasco	100	R\$	R\$
67	376767	763209	Ivermectina 6 mg	comprimido	400	R\$	R\$
68	270126	4048040	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	comprimido	3000	R\$	R\$
69	268125	111589	Levotiroxina 100 mcg	comprimido	1400	R\$	R\$
70	268124	200999	Levotiroxina 25 mcg	comprimido	9000	R\$	R\$
71	269843	501123	Lidocaína, cloridrato 20 mg/ml - s/ vaso constritor - 5 ml	ampola	40	R\$	R\$
72	269846	501093	Lidocaína 2% geléia 20mg/ml tb 30g	tubo	200	R\$	R\$
73	400470	3352153	Lisado bacteriano 6mg	cápsula	800	R\$	R\$
74	267691	183512	Metformina 850 mg	comprimido	10000	R\$	R\$
75	267689	201014	Metildopa 250 mg	comprimido	2000	R\$	R\$
76	440054	108863	Mucopolissacarídeo, polissulfato 3 mg/g pomada tb. 40 g	tubo	2000g	R\$	R\$
77	376106	1486624	Nicotina 14mg adesivo transdermico	ad	180	R\$	R\$
78	376107	1486632	Nicotina 21mg adesivo transdermico	ad	250	R\$	R\$
79	267728	434361	Nifedipina 10 mg	comprimido	300	R\$	R\$
80	270007	109100	Nimodipina 30 mg	comprimido	600	R\$	R\$
81	279297	1158686	Nistatina 100.000 UI/g + Oxido de Zinco 200 mg/g tb. 60 g	tubo	350	R\$	R\$
82	268285	109029	Nitrazepam 5 mg	comprimido	1000	R\$	R\$
83	268851	108995	Norfloxacino 400 mg	comprimido	56	R\$	R\$
84	271606	455032	Nortriptilina 25 mg	comprimido	11500	R\$	R\$
85	271621	245143	Olanzapina 10 mg	comprimido	21000	R\$	R\$
86	271620	245127	Olanzapina 5 mg	comprimido	3000	R\$	R\$
87	267712	119415	Omeprazol 20 mg	capsula	10000	R\$	R\$
88	378572	1852728	Paracetamol 400mg	comprimido		R\$	R\$

			+ Clorfeniramina, maleato 4mg + Fenilefrina, cloridrato 4mg		300		
89	267779	112925	Paracetamol 750mg	comprimido	3000	R\$	R\$
90	273940	691496	Paroxetina 20mg	comprimido	500	R\$	R\$
91	267902	108839	Pentoxifilina 400 mg	comprimido	500	R\$	R\$
92	275478	224200	Periciazina 10 mg	comprimido	300	R\$	R\$
93	305343	3681009	Plantago Ovata Phil 0,562/G	envelope	600	R\$	R\$
94	267741	487007	Prednisona 5 mg	comprimido	200	R\$	R\$
95	303292	3532763	Ringer lactato solução fr. 500 ml	frasco	200	R\$	R\$
96	272839	111015	Risperidona 1 mg	comprimido	3000	R\$	R\$
97	268149	110981	Risperidona 2 mg	comprimido	14200	R\$	R\$
98	449022	204897	Saccaromyces boulardii 100 mg	comprimido	504	R\$	R\$
99	272365	564117	Sertralina 50 mg	comprimido	21000	R\$	R\$
100	267747	284297	Sinvastatina 20 mg	comprimido	10000	R\$	R\$
101	272089	111414	Sulfadiazina de prata 10mg/g - 400g	pote	24	R\$	R\$
102	286632	532355	Sulpirida 200 mg	comprimido	1500	R\$	R\$
103	485764	2021030	Tiamina 100 mg + piridoxina 100 mg+ cianocobalamina 5000 mcg	comprimido	1000	R\$	R\$
104	401890	5117526	Tiamina 100mg+ piridoxina 100mg+ cianocobalamina 5000mcg sol inj - IM	ampola	210	R\$	R\$
105	272850	881520	Topiramato 50 mg	comprimido	6000	R\$	R\$
106	460204	2920603	Vitaminas e sais minerais	comprimido	7000	R\$	R\$
107	394865	3073840	Ácido tiótico 600mg	comprimido	390	R\$	R\$
108	272027	1018450	Bamifilina 600mg	comprimido	300	R\$	R\$
109	267565	977110	Carvedilol 6,25mg	comprimido	3000	R\$	R\$
110	267197	103438	Diazepam 10mg	comprimido	13000	R\$	R\$
111	267647	103365	Digoxina 0,25mg	comprimido	300	R\$	R\$
112	392118	103330	Dimeticona 75mg/ml	frasco	670	R\$	R\$
113	272786	1305492	Donepezila 10mg	comprimido	1200	R\$	R\$
114	273221	1787993	Memantina 10mg	comprimido	300	R\$	R\$
115	276657	1728385	Metoprolol 50mg	comprimido	600	R\$	R\$
116	267717	501336	Metronidazol 250mg	comprimido	600	R\$	R\$
117	273266	691461	Naltrexona 50mg	comprimido	1020	R\$	R\$
118	268505	801461	Ondasetrona 8mg	comprimido	1200	R\$	R\$
119	466983	5377366	Pantoprazol 40mg	comprimido	10020	R\$	R\$
120	267769	119350	Prometazina 25mg/ml 2ml - IM	ampola	200	R\$	R\$
121	394103	3609642	Rivaroxabana 10mg	comprimido	2640	R\$	R\$

122	272341	495727	Tiamina, cloridrato 300mg(vitamina B1)	comprimido	7200	R\$	R\$
123	383660	3250105	Tiotrópio, brometo 2,5mcg/dose sol. Inalatório 60 doses	frasco	10	R\$	R\$
124	449368	3348350	Nutrição parenteral periférica	bolsa	60	R\$	R\$
125	462525	3348415	Nutrição parenteral central	Bolsa	44	R\$	R\$



Documento assinado eletronicamente por **Fabricia Morandin Rissardi, Diretor Técnico de Saúde II**, em 27/03/2024, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Pelegrini Gregorini, FARMACÊUTICA**, em 27/03/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0023405830** e o código CRC **67ACA36D**.